

**A dualidade entre o *ser mulher* e o *ser policial*:  
discussões acerca do encontro "Chá das Rosas"**

Daniela Cecilia Grisoski<sup>1</sup>  
Eneida Santiago<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo central do trabalho em questão foi problematizar a concepção sobre o *ser mulher* dentro do âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná na contemporaneidade, a partir da análise da notícia "Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher" publicada pelo site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - Governo do Estado do Paraná, em 31 de outubro no ano de 2013, levando em consideração perspectivas teóricas do campo da Psicologia denominada Análise Institucional (BAREMBLITT, 2002). As discussões aqui colocadas são frutos de uma pesquisa exploratória de materiais selecionados conforme nosso objetivo, bem como da possibilidade de acesso aos materiais bibliográficos, sendo estes materiais as obras de Barembritt, publicações oficiais e não oficiais de livre acesso que dizem respeito a inserção de mulheres na Polícia Militar do Paraná e notícias referentes aos encontros denominados "Chá das Rosas" contidas no site Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - Governo do Estado do Paraná . O estudo também se enquadra no campo denominado Relações de Gênero, compreendendo uma análise de papéis sociais que são tidos como, historicamente, denominados para um gênero específico, como é o caso do homem e da mulher inseridos nas organizações da instituição Segurança Pública. Compreendeu-se que os encontros "Chá das Rosas" foram iniciados através da reprodução de um discurso masculino dominante, propondo uma divisão de funções de gênero, compondo lógicas instituídas como, por exemplo, a ideia de que *ser mulher* e *ser policial* diz respeito a uma dupla jornada, levando em conta a concepção de que toda mulher é dona de casa e mãe, estando ligada ao trabalho no ambiente público e privado, também uma concepção de que feminilidade está atrelada a delicadeza.

**Palavras-chaves:** Relações de gênero. Polícia Militar. Instituição Militar.

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Londrina – UEL. Psicóloga pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Mestranda em Psicologia Social e Processos Institucionais pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, e-mail grisoskidaniela@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina – UEL, Psicóloga, Mestre em Psicologia e Sociedade e Doutora em Saúde Coletiva pela Unesp-Assis. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no Departamento de Psicologia Social e Institucional e Docente no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Psicologia (PPGP-UEL), e-mail ensantiagobr@yahoo.com.br

## Introdução

O presente trabalho se caracteriza como parte do processo de desenvolvimento de uma dissertação, iniciada em 2018, no programa de Mestrado em Psicologia, seguindo a linha em Psicologia Social e Processos Institucionais pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Como objetivo geral, visamos realizar uma problematização acerca da concepção sobre o que é *ser mulher* dentro do âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná na contemporaneidade, a partir da análise da notícia "Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher" publicada pelo site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - Governo do Estado do Paraná, em 31 de outubro no ano de 2013, levando em consideração perspectivas teóricas do campo da Psicologia denominada Análise Institucional (BAREMBLITT, 2002).

A abordagem denominada Análise Institucional, de acordo com L'Abbate (2003), tem a característica de desenvolver conjuntos de conceitos e instrumentos visando analisar e intervir em instituições. No Brasil, a Análise Institucional começou a se destacar por volta da década de 1970, a partir de pesquisas em universidades com variados tipos de profissionais. A Análise Institucional não possui um caráter único, pois é formada a partir de um conjunto de disciplinas as quais se iniciaram por volta das décadas de 1940 a 1950 na sociedade francesa, tais disciplinas tem o intuito de problematizar a constituição de um campo como um conjunto de saberes e práticas em um contexto amplo, enquadrados em uma ordem político-social, ideológica e técnico-científica (L'ABBATE, 2003). Por sua vez, nesse trabalho em específico, utilizou-se a produção a respeito da Análise Institucional do teórico Gregório Barembritt, renomado teórico da América Latina, que nasceu na Argentina, mudando-se para o Brasil na década de 1970, após a instauração de uma ditadura militar em seu país de origem, tornando-se, posteriormente, um dos maiores pensadores do campo da Análise Institucional (HUR, 2014).

Barembritt caracteriza o chamado movimento institucionalista enquanto um leque de tendências as quais não são unilaterais, mas que possuem um objetivo em comum: apoiar os processos de autoanálise e autogestão de um meio social. Esses termos se caracterizam conforme a organização de uma sociedade, o teórico aponta que o saber de nossa população vem sendo produzido através de *experts*, sendo esses os conhecedores de uma sociedade, que influenciam os modos de vida dos cidadãos. Já os processos de autoanálise e autogestão compreendem a organização de uma sociedade para produzir saberes e dispositivos necessários para a manutenção e melhoramento sobre suas vidas. Neles, há hierarquia através

da capacidade de produção, mas não há a hierarquia de poder, em que um sujeito sobressai o outro (BAREMBLITT, 2002).

Barembritt ainda ressalta que uma instituição se caracteriza como um conjunto de lógicas e leis que compõe determinado valor social, sendo entidades abstratas. Na perspectiva em que esse trabalho foi desenvolvido, a instituição que o compõe é a Segurança Pública. Por sua vez, quando as instituições se constituem através de uma estrutura material, passam a ser chamadas de organizações, objetivando-se uma entidade simples ou complexa. Tendo em vista este trabalho, a organização que se destaca é a Polícia Militar do estado do Paraná.

Ainda considerando as lógicas que compõem a Análise Institucional para Barembritt (2002), um estabelecimento surge como as estruturas específicas as quais se enquadram dentro de uma determinada organização, sendo esse o 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM), pertencente ao 1º Comando Regional da PM (1º CRPM) localizado na cidade de Curitiba-PR ( SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2018), compreendendo que esse foi o Batalhão em que sediou o encontro “Chá das Rosas” o qual será analisado. A configuração de um estabelecimento conta com equipamentos, consistindo em materiais, objetos ou dispositivos os quais se organizam para a constituição deste estabelecimento. Também conta com os agentes, que por sua vez, são descritos como os profissionais atuantes em um determinado estabelecimento (BAREMBLITT, 2002). Neste caso, os agentes da instituição em questão seriam as policiais femininas atuantes no 20º BPM que participaram do encontro “Chá das Rosas”, visto que o objetivo do trabalho é a análise do evento ocorrido apenas, e não do Batalhão por um todo, tendo como equipamentos disponíveis as estratégias utilizadas durante o encontro, como o diálogo e as trocas de experiências entre as participantes.

Para tal, essa produção foi configurada através de uma pesquisa exploratória de materiais selecionados conforme nosso objetivo, bem como da possibilidade de acesso aos materiais bibliográficos. Segundo Severino (2007, p.123), a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa (SEVERINO, 2007). Sendo assim, exploramos o material utilizado, a partir de nossos objetivos, visando uma análise crítica do mesmo, sendo estes materiais uma matéria publicada pelo site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - Governo do Estado do Paraná, bem como, publicações oficiais e não oficiais de livre acesso que dizem respeito a inserção de mulheres na Polícia Militar do Paraná.

O cotidiano de trabalho de policiais militares femininas foi tomada enquanto ator de análise, considerando que as lógicas que compõem esta organização estão no contexto de funcionamento de uma sociedade em geral, principalmente no que diz respeito às ideias de segurança e bem-estar social. Ademais, este estudo também se enquadra no campo denominado Relações de Gênero, compreendendo uma análise de papéis sociais que são tidos como, historicamente, denominados para um gênero específico, como é o caso do homem e da mulher inseridos na organizações da instituição Segurança Pública.

### **O encontro Chá das Rosas**

De acordo com a notícia "Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher" publicada pelo site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - Governo do Estado do Paraná, em 31 de outubro no ano de 2013, o primeiro encontro denominado "Chá das Rosas" aconteceu na data 31\10\2013, mesma data em que a notícia sobre o mesmo foi publicada. O mesmo ocorreu na cidade de Curitiba-PR, a qual é composta pelo 20º BPM, pertencente ao 1º CRPM (Cf. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2018)

Considerando a notícia, o encontro contou com a participação de 26 mulheres atuantes no 20º BPM, as quais estiveram presentes a partir de indicações da psicóloga que atuava no local, Kelly Oliveira. Levando em consideração que essa foi a primeira ocorrência do mesmo, o encontro teve como intuito inicial abordar a

questão da auto-estima da policial, especificamente para que ela se veja e se cuide. Nós entendemos, pela particularidade do serviço policial como desgastante e estressante, que mexe muito emocionalmente com as pessoas, notadamente com a mulher. Nossas policiais são mães, donas de casa e esposas, e por isso elas precisam sentir-se bem, para que assim possam atender bem as situações de trabalho, buscando a integração com a comunidade, que é o pensamento do policiamento comunitário", explica o tenente-coronel Zanatta, Comandante do 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM), pertencente ao 1º Comando Regional da PM (1º CRPM). (SANTOS, 2013, s\p).

Santos (2013) ressalta que o propósito desse primeiro encontro era servir de pontapé inicial para que demais encontros ocorrerem, inicialmente uma vez por mês, no 20º BPM, para que as mulheres inseridas em tal contexto pudessem usufruir deste espaço enquanto um lugar para expressarem suas questões sobre feminilidade, autoestima e relacionamentos. Esse encontro, especificamente, também proporcional espaço de diálogo e discussão entre as participantes durante sua ocorrência.

Durante o encontro as policiais puderam falar sobre suas experiências como mãe, dona de casa, esposa, policial militar e como mulher, trazendo questionamentos sobre como conciliar o trabalho e a vida familiar com o cuidado pessoal. A psicóloga fez com que as policiais repensassem como é manter seu lado mulher em um ambiente militar, mas sem perder a feminilidade (SANTOS, 2013, s\p).

Investigando a partir das palavras-chaves “Chá das Rosas” no site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - Governo do Estado do Paraná, através da notícia “2º Encontro do Chá de Rosas para a valorização da policial feminina acontece na capital”, nota-se que a segundo encontro no 20º BPM ocorreu na data 21 de novembro do ano de 2013, cumprindo-se a ideia de desenvolvimento de encontros mensais. Na busca de palavras-chaves também é possível identificar que, além dos encontros contínuos ocorridos no 20º BPM, demais Batalhões da Polícia Militar do estado do Paraná também aderiram a ocorrência dos encontros, realizando-se em diferentes espaços de tempo e a partir das diversas demandas de cada Batalhão.

Tendo em conta os principais objetivos situados na notícia em questão sobre o primeiro encontro “Chá das Rosas”, é possível perceber uma dualidade na concepção sobre o que é *ser mulher* dentro de uma organização de Segurança Pública, como é o caso da Polícia Militar. Tal afirmação é percebida através da fala da psicóloga que explica sobre o encontro ocorrido entre as policiais femininas. “Segundo a psicóloga Kelly Oliveira, que faz o atendimento na unidade, o objetivo do encontro é trazer as mulheres para dentro do batalhão, procurando trabalhar um lado mais feminino neste universo que é quase 100% masculino” (SANTOS, 2013, s\p).

Assim, a proposta central do trabalho é poder abrir espaços de problematizações, de acordo com o viés da Análise Institucional, acerca da dualidade sobre a questão da virilidade ligada ao homem *versus* feminilidade vivida por mulheres inseridas no âmbito da Polícia Militar na contemporaneidade, compreendendo que ainda há uma concepção sobre a mulher estar ligada às ideias de cuidado e maternagem dentro das instituições de Segurança Pública.

### **A Polícia Militar do Paraná e a inserção de mulheres: um contexto histórico**

A Polícia Militar do estado do Paraná constituiu seu primeiro batalhão em 10 de agosto de 1854, estando enquadrada aos moldes da Segurança Pública. Essa, atualmente possui mais de 60 elos que atuam transversalmente, como, por exemplo, iluminação pública, perícia forense, ministério público, entre outros. A Polícia Militar, como um todo, se divide

em 27 eixos pelo Brasil, sendo correspondente um para cada estado e um para o Distrito Federal, atuando também como campo subordinado do Exército Brasileiro (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2018). Entretanto, essa organização, fundada no ano de 1854, se caracterizada unicamente como sendo formada por homens, assim como todos os batalhões constituintes no território brasileiro da época.

A Polícia Feminina, por sua vez, se inseriu no estado do Paraná na década de 1970, sendo o segundo estado a configurar os Batalhões da Polícia Militar com a presença de mulheres, sendo o estado de São Paulo o primeiro, abarcando a presença feminina na década de 1950. Moreira (2016), ressalta que a nova categoria de Polícia foi prevista a partir da necessidade de criação de uma denominada “nova polícia”, ou seja, a partir de nossa analítica, no processo de inserção feminina na Polícia, idealizava-se a figura da mulher como sendo menos viril. Consequentemente, isso resultaria em uma polícia mais preventiva e menos repressiva, contribuindo para a realização de tarefas específicas dentro da instituição, tais como policiamento preventivo e operações ostensivas ligadas a menores, estando envolta em um discurso de “humanização da polícia”, visto que mulheres, naquele meio social, eram tidas como figuras de auxílio, proteção, maternidade e moral da época em questão. “A opção da corporação policial militar foi por reforçar o estereótipo feminino vinculado à essência biologicamente determinada e que se contrapõe à concepção de virilidade” (MOREIRA, 2016, p. 189).

Cabe ressaltar que a inserção de mulheres na organização da Polícia Militar contava com uma seletividade de operações que por elas poderiam ser desempenhadas, sendo que outras operações que precisassem ser realizadas seriam executadas por homens, deixando-se claro tal fato a partir da Diretriz n. 048\77 (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1977 Apud MOREIRA, 2016) que foi instituída posteriormente a inclusão da presença feminina no batalhão, trazendo o seguinte conteúdo:

Policamento ostensivo normal visando à guarda à segurança de estabelecimentos públicos;  
Policamento preventivo de trânsito em estabelecimentos escolares;  
Ações de policiamento ostensivo relacionados à mulher, a menores e anciãos (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1977, Apud MOREIRA, 2016, p. 54).

Cabe ressaltar que a ideia da mulher inserida dentro da organização Polícia Militar, em primeiro plano, foi assegurar um ideal de “essência feminina” a qual estava diretamente ligada a concepção de maternidade, delicadeza, cuidado e proteção, trazendo à tona, assim

como citado por Moreira (2016), a figura de um “anjo tutelar”, para o qual as questões consideradas mais leves no âmbito da Segurança Pública seriam destinadas. Levando em consideração as falas dos responsáveis pelo desenvolvimento do primeiro encontro “Chá das Rosas” ocorrido no 20º BPM, identifica-se resquícios dessa representação de um “anjo tutelar” ligado a figura da policial militar feminina.

### **O movimento instituinte e o trabalho das policiais militares femininas**

O campo conhecido como Análise Institucional consiste em um leque de teorias e conceitos, entre eles as ideias de processos instituídos e instituintes propostos por Baremblytt (2002). Para este autor, instituinte se caracteriza como sendo um processo mobilizado por forças, ao mesmo tempo produtivas e desejantes, que tendem a revolucionar e fundar instituições, ou transformá-las. Através do compartilhamento de suas potências e matérias sociais acaba por fundar novos instituídos. Esses, por sua vez, são os resultados de ações de movimentos instituintes os quais produziram cristalização de lógicas que perpassam uma instituição. Essas lógicas cristalizadas vigoram para ordenar atividades sociais essenciais para a vida em coletividade, tendo uma tendência a serem estáticas e conservadoras (BAREMBLYTT, 2002). O instituído é necessário para a existência mínima das organizações e instituições, mas ele se cristaliza de tal modo que não permite ser representado, tendendo a falar sempre em nome de um processo dominante.

Fazendo uma discussão em relação a esses conceitos propostos, pode-se compreender a entrada de policiais femininas dentro do contexto da Polícia Militar paranaense como um movimento instituinte, ou seja, produzindo novas formas de funcionamento na organização e no funcionamento dos processos institucionais.

A identificação de ocorrências de movimentos instituintes é um convite para se pensar uma revolução nas instituições, como, e este é o caso, os profissionais atuantes na Polícia Militar deixaram de ser uma universalidade do sexo masculino para dar lugar a entrada de mulheres neste mesmo campo, causando uma reestruturação de tarefas e de formas de funcionamento dessa organização, como, por exemplo, a instauração de um curso de oficiais mulheres na instituição e a divisão de operações a serem realizadas por policiais homens e mulheres. Percebe-se também que esse processo instituinte abriu lugar para uma figura antes inexistente dentro do âmbito dessa instituição: a mulher. Ao mesmo tempo em que produzia uma demanda de reconfiguração do cotidiano institucional.

Moreira (2016) compreende que o marco da entrada de mulheres como oficiais da Polícia Militar se deu através do início de um processo de ruptura com o binarismo de gênero.

Gênero, por sua vez, de acordo com a autora Joan Scott (1995), devendo ser compreendido a partir de uma organização social entre os sexos, e, a partir dessa organização, dando sentido ao funcionamento das relações sociais humanas. A noção de gênero se refere aos domínios estruturais e ideológicos que implicam nas relações entre os sexos. Tal preocupação, começou a ocorrer nas décadas finais do século XX, sendo considerado uma categoria de análise a partir do momento em que integrantes do movimento feminista encontraram aliados (as) cientistas e políticos. Tomando como bases teóricas as discussões do filósofo Michel Foucault, Scott (1995), compreende que há linhas de pensamento em que dizem respeito a sexualidade como sendo este um conteúdo produzido através de contextos históricos distintos (SCOTT, 1995).

“O corpo é construído no mundo social como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes” (MOREIRA, 2016, p. 131). A partir de um ideal de corpo produzido pelas distinções de funções sociais determinadas, tem-se a noção de que há a divisão social entre funções consideradas masculinas e femininas, sendo a função do policial militar uma delas. Há a relação de gênero na inserção da Polícia Feminina no estado do Paraná a partir do momento em que a mesma é pensada para funções desmilitarizadas, ou seja, voltada ao cuidado ao outro (MOREIRA, 2016).

Em contrapartida, é necessário abarcar que as lógicas constituintes de processos instituídos e instituintes se perpassam, havendo uma transversalidade dessas lógicas as quais se encontram cristalizadas e, ao mesmo tempo, em constante movimento. Visto isso, é possível fazer um ressalvo que, mesmo que com todas as mudanças inseridas pelo movimento instituinte proposto pela entrada de mulheres na organização Polícia Militar, também houve a reprodução de lógicas instituídas dentro desse mesmo contexto, havendo assim uma contraposição entre instituído e instituinte.

Uma das lógicas que se mantiveram, a partir deste processo, foi a questão do corpo militarizado estar voltado para a ideia de disciplina. As mulheres inseridas na instituição militar em questão, assim como os homens, também deveriam cumprir leis que propunham um padrão de comportamento que dava manutenção há um controle disciplinar estruturado e estruturador de seu ambiente de trabalho. Entretanto, esses comportamentos eram diferenciados para, mais uma vez, reafirmarem uma produção de binarismo de gênero onde o masculino era visto como superior ao feminino.

Excluídas da memória e da tradição institucional, as quais afirmam um ideal de masculinidade no culto aos heróis, as policiais femininas, assim



nomeadas para marcar mais uma diferença nas identificações que existem no espaço institucional, precisam assumir o comportamento feminino definido pela legislação. Para serem reconhecidas como agentes institucionais honradas, deveriam assumir publicamente um comportamento qualificado para uma policial feminina (SCHACTAE, 2015, p. 4).

Vale destacar um fragmento da Diretriz nº 046/77 (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1977, *apud* MOREIRA, 2016), cujas competências dizem respeito exclusivamente aos comportamentos femininos que estariam sujeitos a punição dentro da instituição:

- a. Comprometer-se irregularmente com encargos de família; b. fazer-se acompanhar, quando uniformizada, salvo se estiver em missão ou serviço; c. frequentar, uniformizada, cafés, bares ou estabelecimentos similares, salvo em missão ou serviço; d. frequentar, quando uniformizada, cinemas, teatros, casas de diversão e similares, salvo em missão ou serviço; e. fumar em serviço, estando uniformizada ou não; f. manter relacionamento ou amizade com pessoas de reputação duvidosa; g. receber visitas nos postos de serviço ou interior do quartelamento; h. usar, quando uniformizada, cabelos compridos, de cor diferente do natural, com penteados exagerados, perucas, maquiagem excessiva, unhas longas ou com verniz de cor (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1977, *apud* MOREIRA, 2016 p. 71).

Assim, as mulheres, no contexto da Polícia paranaense deveriam estar ligadas a lógica disciplinar voltada ao contexto da organização militar, também deixando transparecer que havia uma diferenciação em relação aos homens, com regras e diretrizes exclusivas para as policiais, em que elas reproduziam a gestão de seus comportamentos do ser policiais femininas, evidenciando o entrelaçamento entre os processos instituídos e instituintes na Polícia Militar.

Tendo em vista essa concepção de instituído e instituinte que vigoram no funcionamento de instituições, cabe enfatizar que o entrelaçamento desses dois processos estão contidos na notícia aqui analisada, visto que o evento “Chá das Rosas” se configurou enquanto um processos instituinte, pois está traçando novas lógicas dentro de um estabelecimento, dando um lugar de fala para as participantes do encontro que antes era inexistente. Ao mesmo tempo compõe lógicas instituídas, como por exemplo, a ideia de que *ser mulher e ser policial* diz respeito a uma dupla jornada, levando em conta que toda mulher é dona de casa e mãe, estando ligada ao trabalho no ambiente público e privado, também uma concepção de que feminilidade está atrelada a delicadeza.

### **Considerações finais**

Ponderando a concepção de Schactae (2015), evidenciam-se as lógicas transversalizadas pelos movimentos instituídos e instituintes com inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná

Vale destacar que a Polícia Feminina foi ao mesmo tempo uma inovação — a instituição deixou de ser exclusividade dos homens — e uma afirmação da tradição, pois sua existência reafirma o domínio masculino. É a partir da relação entre a inovação e a tradição que foi instituída a Polícia Militar Feminina como um lugar de contradição (SCHACTAE, 2015, p. 3).

Apesar de esse movimento ter se construído inicialmente através de um movimento instituinte, propondo, de certo modo, uma revolução dentro da instituição, algumas lógicas instituídas ainda se mantiveram como iguais, ou até mesmo maior intensidade dentro desse movimento. Entre o que se manteve, também há compreensão de uma suposta superioridade da figura masculina dentro da instituição, alimentada pela categoria social de virilidade, (Breattie, 2004 *apud* Schactae, 2015) ressalta que o ideal de uma identidade militar foi composto em meados do século XX no Brasil, tendo em vista a construção de uma masculinidade controlada, que, por sua vez, visava a virilidade (BREATTIE, 2004, p. 266-299 *Apud* SCHACTAE, 2015). “A Polícia Feminina foi ao mesmo tempo uma inovação — a instituição deixou de ser exclusividade dos homens — e uma afirmação da tradição, pois sua existência reafirma o domínio masculino” (SCHACTAE, 2015, p. 3).

A instituição Segurança Pública, a qual enquadra a organização Polícia Militar em seu entorno, é atravessada por outras instituições que se configuram entre si a todo momento, não deixando, assim, que as instituições prevaleçam de uma forma estática, estando também nessas instituições regras instituídas que são compostas por lógicas cristalizadas, que, por sua vez, são estáticas, havendo assim uma ambivalência de lógicas. Dentre elas, comporta-se a questão de um binarismo de gênero, o qual produz a concepção de uma visão do masculino enquanto viril, ligado a coragem e a luta, se sobressaindo ao feminino, que é ligado a uma fragilidade, maternidade e cuidado, os apontamentos apresentados através da notícia "Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher" (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2018), reproduzem essa concepção na prática, no que diz respeito ao entendimento das mulheres inseridas no contexto da Polícia Militar dentro dessa lógica de feminilidade ligada ao cuidado.

O trabalho em questão teve o intuito de apresentar alguns conceitos ligados ao campo da psicologia chamado Análise Institucional, tais conceitos formulados por Gregório

Baremlitt (2002), sustentando a análise do contexto em que os encontros “Chá das Rosas” começaram a ocorrer no âmbito da Polícia Militar do estado do Paraná, além de concepção históricas acerca da inserção de mulheres no campo da Polícia Militar do Paraná. Compreendeu-se que os encontros “Chá das Rosas” foram iniciados através da reprodução de um discurso masculino dominante, propondo uma divisão de funções de gênero. Nesse contexto, cabe uma problematização para trabalhos subsequentes sobre como se deram os encontros posteriores, tanto no 20º BPM, quanto nos demais Batalhões localizados na Polícia Militar do Paraná.

### Referências

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.

HUR, Domenico Uhng. Trajetórias de um pensador nômade: Grogório Baremlitt. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. v. 14 n. 3. Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia – Goiás: 2014. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/13899/10585> . Acesso em: 02 de abril de 2018.

L’ABBATE, Solange. A análise institucional e saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2003. p. 265-274. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n1/a19v08n1.pdf> . Acesso em: 17 de maio de 2018.

MOREIRA, Rosemeri. *Entre o mito e modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná*. Editora Unicentro: Guarapuava -PR, 2016.

MOREIRA, Rosemeri. A invenção da mulher policial militar do Paraná in MOREIRA, Rosemeri; SCHAETAE, Andréa Mazurok (Orgs.). *Gênero e instituições armadas*. Editora Unicentro: Guarapuava -PR, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ Decreto Estadual nº 3238, 19 de abril de 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº 046\77. CFAP. Procedimentos para o Curso de Formação de Sargentos Femininos, de dezembro de 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº 048\77. 3º Seção do Estado Maior, de dezembro de 1977. Emprego da Polícia Feminina.

SANTOS, Márcia. Policiais femininas participam de encontro para valorização da auto-estima e do seu lado mulher. *Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária*. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=8397> Acesso em: 18 de maio de 2018.

SANTOS, Márcia. 2º encontro do Chá de Rosas para a valorização da policial feminina acontece na capital. *Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária*.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Universidade Estadual de Londrina  
13 a 15 de junho de 2018  
ISSN 2177-8248

Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=8716> Acesso em: 18 de maio de 2018.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000). *Revista Tempo*. v. 21 n. 37. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG: 2015, p. 01-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v21n37/1413-7704-tem-21-37-00001.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA-  
Governo do Estado do Paraná. Disponível em:  
<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.